



**SOLUÇÕES EM TRANSPORTE  
DE GÁS NATURAL**

**2015**  
*Demonstrações  
Contábeis*



# Índice

---

- 4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
  - 4 Balanços Patrimoniais
  - 6 Demonstração do resultado
  - 7 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
  - 8 Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
  - 9 Demonstração do valor adicionado
  - 10 Demonstração de resultados abrangentes
  - 11 Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis
  
- 25 PARECER DO CONSELHO FISCAL**
  
- 26 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**
  
- 28 ADMINISTRAÇÃO**



## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhões de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NOTA</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
			(reapresentado nota 2.2)
<b>CIRCULANTE</b>			
Recebíveis de ativos financeiros	4	162	91
Aplicações financeiras vinculadas	5	7	5
Contas a receber:			
Sistema Petrobras	7(a)	454	116
Tributos antecipados		106	75
Demais ativos circulantes		14	9
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>743</b>	<b>296</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		3	3
		3	3
Imobilizado	6	2.157	2.261
Estoque de sobressalentes		48	45
Total do Imobilizado		2.205	2.306
Intangível – softwares		9	11
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.217</b>	<b>2.320</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.960</b>	<b>2.616</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

<b>PASSIVO</b>	<b>NOTA</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		25	23
Provisão para imposto de renda e contribuição social	9	154	106
Contas a pagar, incluindo adiantamentos – empresas do Sistema Petrobras	7(a)	69	75
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7(b)	6	4
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	77	52
Dividendo	10(c)	134	132
Outras contas a pagar		86	55
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>551</b>	<b>447</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a pagar, incluindo adiantamentos – empresas do Sistema Petrobras	7(a)	1.380	1.078
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7(b)	368	251
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	146	152
Obrigações atuariais	19	29	23
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9(a)	50	63
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.973</b>	<b>1.567</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	10	203	203
Reservas de lucros		41	95
Ajustes de avaliação patrimonial		5	6
Dividendo adicional proposto		187	298
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>436</b>	<b>602</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.960</b>	<b>2.616</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração do resultado

## Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (NOTA 11)</b>	<b>1.472</b>	<b>1.040</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais (Nota 6)	(162)	(158)
Custo de operação e manutenção (Nota 12)	(145)	(135)
<b>TOTAL DO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(307)</b>	<b>(293)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.165</b>	<b>747</b>
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(4)	(5)
Despesas gerais e administrativas (Nota 13)	(81)	(90)
Recuperação judicial de tributos	10	-
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>1.090</b>	<b>652</b>
Despesas financeiras (Nota 14)	(145)	(119)
Receitas financeiras (Nota 5)	42	22
Operações a termo	(9)	-
Variação cambial de passivos (Nota 15)	(573)	(150)
<b>DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS</b>	<b>(685)</b>	<b>(247)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>405</b>	<b>405</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(138)	(137)
<b>LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS</b>	<b>267</b>	<b>268</b>
Participações dos empregados	-	(4)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>267</b>	<b>264</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração das mutações do patrimônio líquido

## Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Capital social	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	TOTAL
		Legal	Lucros a realizar	Especial				
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>203</b>	<b>41</b>	<b>18</b>	<b>332</b>	<b>6</b>	<b>114</b>	<b>-</b>	<b>714</b>
Autorização da AGO 26/03/14 para pagamento	-	-	-	-	-	(114)	-	(114)
Autorização da AGO 10/10/14 de dividendo adicional	-	-	-	(130)	-	-	-	(130)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	264	264
Realização de reservas	-	-	(18)	(148)	-	166	-	-
Reavaliação atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 10 (c))	-	-	-	-	-	-	(132)	(132)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	132	(132)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>203</b>	<b>41</b>	<b>-</b>	<b>54</b>	<b>6</b>	<b>298</b>	<b>-</b>	<b>602</b>
Autorização da AGO 29/04/15 para pagamento	-	-	-	-	-	(298)	-	(298)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	267	267
Realização de reservas	-	-	-	(54)	-	54	-	-
Reavaliação atuarial	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 10 (c))	-	-	-	-	-	-	(134)	(134)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	133	(133)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>203</b>	<b>41</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>187</b>	<b>-</b>	<b>436</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

## Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	2015	2014 (reapresentado nota 2.2)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	267	264
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E O CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais (Nota 6)	162	158
Depreciação de outros itens	5	4
Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, não realizados	713	266
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13)	31
Perda na alienação de ativo Imobilizado	-	1
Variações em ativos e passivos		
Redução (aumento) de contas a receber	(349)	48
Adiantamentos recebidos da Petrobras	(57)	(23)
Redução nas aplicações financeiras vinculadas	(2)	-
Redução (aumento) nos demais ativos	(106)	15
Aumento (redução) de fornecedores e demais passivos de curto prazo	92	(24)
	<u>445</u>	<u>476</u>
<b>CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES</b>	<b><u>712</u></b>	<b><u>740</u></b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras	(48)	(35)
Pagamento de juros aos demais acionistas	(47)	(33)
Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(10)	(9)
	<u>(105)</u>	<u>(77)</u>
<b>RECURSOS LÍQUIDOS GERADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b><u>607</u></b>	<b><u>663</u></b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos, com juros	(480)	(568)
Amortização de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(66)	(46)
	<u>(546)</u>	<u>(614)</u>
<b>RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b><u>(546)</u></b>	<b><u>(614)</u></b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Adições ao imobilizado	(61)	(49)
	<u>(61)</u>	<u>(49)</u>
<b>RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b><u>(61)</u></b>	<b><u>(49)</u></b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração do valor adicionado

## Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>RECEITAS</b>		
Serviços de transportes	1.757	1.280
Outras receitas	<u>4</u>	<u>4</u>
	<u>1.761</u>	<u>1.284</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Custo dos serviços prestados	(76)	(73)
Materiais, energia, serviços e outros	<u>(28)</u>	<u>(31)</u>
	<u>(104)</u>	<u>(104)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u><b>1.657</b></u>	<u><b>1.180</b></u>
<b>RETENÇÕES</b>		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(162)	(158)
Depreciação de outros itens	<u>(5)</u>	<u>(4)</u>
	<u>(167)</u>	<u>(162)</u>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<u><b>1.490</b></u>	<u><b>1.018</b></u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Receitas financeiras	<u>42</u>	<u>22</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u><b>1.532</b></u>	<u><b>1.040</b></u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Pessoal e encargos	121	127
Impostos e contribuições	418	380
Despesas financeiras e variações cambiais	726	269
Lucro líquido do exercício	<u>267</u>	<u>264</u>
	<u><b>1.532</b></u>	<u><b>1.040</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração de resultados abrangentes

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	267	264
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:</b>		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ganhos / (Perdas) atuariais – Plano de Pensão	<u>1</u>	<u>-</u>
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<u><b>268</b></u>	<u><b>264</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG (“Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997 pela Petrobras Gás S.A. – GASPETRO, sua controladora, que por sua vez é uma subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, que detém 99,9% do seu capital. Em 10 de dezembro de 2015 a Petrobras Gás S.A. – GASPETRO foi parcialmente cindida em duas empresas, a GASPETRO e a Petrobras Logística de Gás S.A. – LOGIGÁS, sendo esta última, a atual detentora do controle da Companhia. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro, uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas/SP e duas Unidades de Manutenção localizadas nas cidades de Campo Grande/MS e Florianópolis/SC.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil – GASBOL, de sua propriedade, no lado brasileiro. Atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região geoeconômica de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica, também estão contempladas no objeto social da Companhia.

O Gasoduto Bolívia-Brasil percorre 3.150 km desde Rio Grande, na Bolívia, até Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 557 km no lado boliviano e 2.593 km no lado brasileiro. A capacidade de transporte do gasoduto é de 30 milhões de m<sup>3</sup>/dia.

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000 e já foram totalmente concluídas. Os recursos para fazer face à construção de gasoduto advêm de empréstimos subordinados dos acionistas (Nota 7 (b)) e de financiamentos de agências de crédito (Nota 8).

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

(i) Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) – para 18 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019.

(ii) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) – para 6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041.

(iii) Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) – para 6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021.

(iv) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade – CPAC 2007 – para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m<sup>3</sup>/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

As operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras.

## 2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2016.

### 2.2 REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Um valor relativo ao exercício anterior foi reclassificado para melhor comparabilidade com o exercício atual. Esta reclassificação não afetou o resultado e o patrimônio líquido da Companhia e está detalhada a seguir:

- Quotas do fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC-NP) apresentado no ativo circulante, reclassificado de caixa e equivalente de caixa para recebíveis de ativos financeiros, também no ativo circulante.

O efeito dessa reclassificação no Balanço Patrimonial é:

	31.12.2014		
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	91	(91)	-
Recebíveis de ativos financeiros	-	91	91

### 2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

### 2.4 APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

### 2.5 RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras incluem os rendimentos, encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

### 2.6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

### 2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Empréstimos e recebíveis que incluem as contas a receber e outros créditos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

### 2.8 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

A Administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

#### (I) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### (II) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, estoques e ativo imobilizado são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

### 2.9 IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada, combinado com os seguintes aspectos:

- Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem.
- A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pelos prazos mencionados na Nota 6, que levam em consideração as suas respectivas vidas úteis econômicas.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de ativos substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<b>ANOS</b>
Gasoduto	30
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Com base nas projeções, do modelo econômico da Companhia, não foi identificada necessidade de provisões para perdas na realização do ativo imobilizado (*impairment*).

## **2.10 PROVISÕES**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.11 PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS**

Os benefícios atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria complementar, e os de assistência médica, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente. As premissas atuariais incluem estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

## **2.12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

## **2.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

## **2.14 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas adotadas no Brasil.

### 3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente (nota 6).

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (nota 16).

(c) Plano de previdência complementar

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de 1º de agosto de 2009 a Companhia implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG, que foi estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possuía contribuição variável para os benefícios de risco. Em fevereiro de 2012 foi efetivada a migração de todos os empregados da TBG do plano Petros TBG para o plano Petros 2.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido esteve suspensa de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições na forma contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

### 4 RECEBÍVEIS DE ATIVOS FINANCEIROS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
FIDC (a)	162	91
	<u>162</u>	<u>91</u>

(a) Representado por recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é um fundo exclusivo do Sistema Petrobras, cuja carteira é composta, principalmente, de direitos creditórios relativos à cessão de fluxos futuros de recebíveis que não podem ser negociados antecipadamente. Esses recursos, tratados como recebíveis de ativos financeiros, são classificados como empréstimos e recebíveis.

## 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	2015	2014
Vinculados ao serviço da dívida	7	5
	<b>7</b>	<b>5</b>

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. para garantir o pagamento do serviço da dívida de curto prazo em moeda estrangeira. Em 2015 apresentou rentabilidade de 12,7% equivalente a 96% do CDI.

As receitas financeiras estão assim demonstradas:

	2015	2014
Receita nas aplicações do fundo FIDC (Nota 4)	23	17
Receita nas aplicações de renda fixa	4	5
Receita de juros sobre tributos recuperados	15	-
	<b>42</b>	<b>22</b>

## 6 IMOBILIZADO

	Tempo estimado de vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.395	(2.273)	2.122	2.224
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	12	(7)	5	6
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	5	(4)	1	1
Máquinas e equipamentos operacionais	10	21	(18)	3	4
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	13	(10)	3	4
Equipamentos e instalações de comunicação	5	5	(4)	1	1
Imobilizado em andamento (ii)		22	-	22	21
		<b>4.473</b>	<b>(2.316)</b>	<b>2.157</b>	<b>2.261</b>

(i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

(ii) O imobilizado em andamento inclui melhorias operacionais no gasoduto.

	Gasoduto Bolívia-Brasil	Ativos em construção	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis instalações e outros bens	TOTAL
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	2.330	35	4	13	2.382
Adições	-	48	1	-	49
Transferências	50	(63)	-	4	(9)
Depreciação	(156)	-	(2)	(3)	(161)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	2.224	20	3	14	2.261
Adições	-	61	0	-	61
Transferências	58	(59)	2	(2)	(1)
Depreciação	(160)	-	(2)	(2)	(164)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>2.122</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>2.157</b>

## 7 PARTES RELACIONADAS

### (a) Sistema Petrobras

	2015			2014		
	Petrobras	Logigás	TOTAL	Petrobras	Gaspetro	TOTAL
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Contas a receber	119	1	120	114	2	116
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	334	-	334	-	-	-
	<b>453</b>	<b>1</b>	<b>454</b>	<b>114</b>	<b>2</b>	<b>116</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	-	-	-	10	-	10
Adiantamentos de clientes (ii)	63	-	63	54	-	54
Empréstimos subordinados (Nota 7(b))	-	6	6	-	4	4
Juros sobre dividendos a pagar	-	-	-	-	7	7
	<b>63</b>	<b>6</b>	<b>69</b>	<b>64</b>	<b>11</b>	<b>75</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Adiantamentos de clientes (ii)	997	-	997	817	-	817
Empréstimos subordinados (Nota 7(b))	-	383	383	-	261	261
	<b>997</b>	<b>383</b>	<b>1.380</b>	<b>817</b>	<b>261</b>	<b>1.078</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO:</b>						
Receita bruta de serviços prestados (Nota 11)	1.761	-	1.761	1.284	-	1.284
Despesas financeiras (Nota 14)	-	(69)	(69)	-	(55)	(55)
Variações cambiais (Nota 15)	(245)	(123)	(368)	(62)	(31)	(93)

#### (i) Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2015 foi apurado o montante de R\$ 334 milhões a ser recuperado, em 2016, via aumento da tarifa (em 2014 foi apurado o montante de R\$ 10 milhões, devolvido em 2015 via redução de tarifa).

#### (ii) Adiantamentos de clientes

##### Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui o pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

Inclui também o pré-pagamento do aluguel de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Inicialmente este contrato foi assinado com a Gaspetro e em 1º de junho de 2012 foi cedido para a Petrobras.

#### (b) Operações com acionistas

##### Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos integralizados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação

e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15% a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito.

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, incluindo o principal integralmente no longo prazo e os juros integralmente no curto prazo, são:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás (Nota 7 (a))	<u>6</u>	<u>4</u>
BBPP Holdings Ltda.	3	2
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	2	1
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	<u>1</u>	<u>1</u>
Total dos demais acionistas	<u>6</u>	<u>4</u>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás (Nota 7 (a))	<u>383</u>	<u>261</u>
BBPP Holdings Ltda.	218	148
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	90	62
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	<u>60</u>	<u>41</u>
Total dos demais acionistas	<u>368</u>	<u>251</u>

As despesas financeiras com juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados e correção dos dividendos pela SELIC foram:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás (Nota 14)	<u>69</u>	<u>55</u>
BBPP Holdings Ltda.	39	32
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	16	13
GTB – TBG Holdings S.À. R. L.	<u>11</u>	<u>9</u>
Total dos demais acionistas	<u>66</u>	<u>54</u>

**(c) Remuneração de pessoal (em reais)**

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da TBG relativas ao mês de dezembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>REMUNERAÇÃO POR EMPREGADO</b>		
Maior remuneração	45.301,06	38.992,67
Remuneração média	17.346,35	14.862,74
Menor remuneração	5.101,57	5.270,45
Remuneração de dirigente (pessoal chave)	73.570,82	69.142,09

## 8 FINANCIAMENTOS DE AGÊNCIAS MULTILATERAIS DE CRÉDITO

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para informações sobre risco de taxa de juros e moeda estrangeira, veja Nota 17(b) – Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

Em novembro e dezembro de 1998 foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito relacionadas a seguir, no montante de US\$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2015	2014
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	166	150
Banco Europeu de Investimento (BEI)	57	54
	223	204
(-) Passivo circulante	(77)	(52)
Passivo não circulante	146	152

Abaixo estão demonstrados os vencimentos a longo prazo dos financiamentos de agências multilaterais de crédito:

	2015	2014
2016	-	52
2017	79	54
2018	67	46
	146	152

### Vencimentos do valor nominal do principal e juros dos financiamentos até o vencimento

	2015	2014
6 meses ou menos	43	30
6 a 12 meses	42	29
1-2 anos	84	58
2-5 anos	69	104
	238	221

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal do Brasil (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

#### Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros LIBOR (variável determinada pelo IADB rate do BID), que em 31 de dezembro de 2015 foi de 2,08%, mais spread de 0,84% a.a. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001 e o vencimento da última parcela será em 15 de dezembro de 2018.

#### Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (*EIB internal rate*), fixada em 7,09% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999 e o vencimento da última parcela será em 15 de junho de 2018.

Os contratos apresentam as seguintes cláusulas restritivas ("*covenant*"):

(i) O Mutuário não poderá, sem autorização prévia do Banco, assumir novas obrigações financeiras distintas das contempladas no esquema de financiamento para a execução do projeto e cujos prazos de vencimento sejam maiores de um ano, se como consequência desse novo endividamento a relação entre a geração interna de recursos e os serviços de suas dívidas, compreendendo o pagamento do principal, juros, comissões e outros encargos, for inferior a 1,5 vezes;

(ii) O Mutuário se compromete a adotar as medidas necessárias para que a relação entre a dívida privilegiada (*senior debt*) de longo prazo (excluída a porção dessa dívida com vencimento no ano em curso), e a soma do patrimônio com passivo total não seja superior a 67%.

Para os anos de 2015 e 2014, a Companhia cumpriu com estas obrigações.

## 9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

### (a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem:

	2015	2014
Passivo		
Depreciação fiscal do gasoduto	187	93
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	102	23
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	(228)	(44)
Outras exclusões temporárias	(11)	(9)
	<u>50</u>	<u>63</u>

### (b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos e após participação dos empregados	405	401
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(138)	(137)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	<u>(138)</u>	<u>(137)</u>
Corrente	(154)	(106)
Diferido	16	(31)

### (c) Provisão para imposto de renda e contribuição social:

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	138	137
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	195	50
Provisões temporárias	(7)	3
Depreciação fiscal do gasoduto	(93)	(93)
Diferimento do lucro com Sociedade de Economia Mista	(79)	9
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante	<u>154</u>	<u>106</u>

## 10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% – Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás;
- 29% – BBPP Holdings Ltda. – BBPP;
- 12% – YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.; e
- 8% – GTB – TBG Holdings S.À. R. L..

### (b) Reservas de lucros

#### Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social. Não foi constituída reserva legal nos anos de 2015 e 2014, em decorrência de essa reserva ter atingido o limite máximo permitido.

#### Reserva de lucros a realizar

Constituída em decorrência do registro de ganhos, principalmente, constituição de ativo fiscal diferido e de variação cambial de empréstimos de longo prazo que não geraram caixa para suportar os pagamentos de dividendos nos exercícios em que foram constituídos. O pagamento dos dividendos dessa reserva ocorre no exercício subsequente à medida que os eventos que originam a sua constituição se realizam financeiramente, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2015, esta reserva já estava totalmente realizada.

### Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixaram de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

O artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações estipula que o saldo das reservas de lucro, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendo.

Em 2015, R\$ 54 das reservas de lucros foram transferidos para dividendos propostos (em 2014 foram transferidos R\$ 166).

#### (c) Dividendos propostos

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido, que em 2015 é de R\$ 134. A proposta de dividendos adicionais encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 187, composta pela destinação remanescente do lucro do exercício, no montante de R\$ 133, mais R\$ 54 da reserva especial, totalizando R\$ 187 registrados no patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Lucro líquido do exercício	267	264
Realização da reserva de lucros a realizar	-	18
Transferência da reserva especial	54	148
Dividendos propostos	<u>321</u>	<u>430</u>
Sendo:		
Dividendo a pagar - passivo circulante	133	132
Dividendo adicional proposto - patrimônio líquido	187	298
Dividendo a pagar passivo circulante - R\$ por ação	0,66	0,65
Dividendo adicional proposto patrimônio líquido - R\$ por ação	0,92	1,47

## 11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS PRESTADOS (Nota 7(a))</b>	1.761	1.284
Tributos incidentes sobre faturamento	<u>(289)</u>	<u>(244)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<u><b>1.472</b></u>	<u><b>1.040</b></u>

## 12 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO</b>		
Pessoal	69	62
Manutenção, conserto e reparo	24	29
Aluguel	15	15
Consumo de material	8	7
Utilização de sistemas de comunicação	2	2
Serviço de apoio operacional e outros	16	15
Despesas de viagens	2	2
Consumo de energia	9	3
	<u><b>145</b></u>	<u><b>135</b></u>

### 13 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	51	59
Despesas com imóveis	6	6
Despesas com equipamentos, mobília e instalação	5	4
Despesas com serviços contratados	11	13
Despesas de viagens	1	1
Despesas de comunicação e gerais	7	7
	<u>81</u>	<u>90</u>

### 14 DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores	1	2
Empréstimos e financiamentos	9	8
Empresas do Sistema Petrobras (nota 7 (b))	69	55
Empréstimo subordinado - demais acionistas	48	34
Juros sobre dividendos - demais acionistas	18	20
	<u>145</u>	<u>119</u>

### 15 VARIAÇÃO CAMBIAL DE PASSIVOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Empréstimos e financiamentos	87	27
Empresas do Sistema Petrobras	368	93
Empréstimo subordinado - demais acionistas	118	30
	<u>573</u>	<u>150</u>

### 16 CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Alguns processos foram classificados como sendo de risco de perda possível. Os mais relevantes estão a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

#### Contingências passivas

- Uma empreiteira contratada para obras do projeto Confiabilidade, pleiteia a condenação da TBG ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 170. Por outro lado a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da empreiteira ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 112.
- Pleito de indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG, atualizado, é de R\$ 70.
- Pleito de ressarcimento, no valor de R\$ 17, por supostos prejuízos e custos adicionais decorrentes do contrato de prestação de serviços para a construção da ECOMP de Capão Bonito/SP.
- Pleitos de sindicatos para alterações de cálculos e pagamentos de salários e benefícios. Valor de exposição da TBG é de R\$ 21.
- A TBG consta como pólo passivo de diversas ações trabalhistas, na qualidade de responsável subsidiária. As referidas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando valor de exposição máxima de R\$ 9.
- A TBG esta contestando contribuições previdenciárias decorrentes de fiscalização da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 6.

#### Contingências ativas

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A TBG ajuizou em agosto de 2008 Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Em 18 de setembro de 2008, foi publicada decisão do juiz suspendendo o feito por 180 dias, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 18/2007, que determinou a suspensão de todos os processos relacionados à matéria.

## 17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo:

<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>NOTAS</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>ATIVOS</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	162	91
Aplicações financeiras vinculadas	5	7	5
Contas a receber	7(a)	453	114
<b>PASSIVOS</b>			
Fornecedores		25	23
Contas a pagar, incluindo adiantamentos – empresas do Sistema Petrobras	7(a)	1.449	1.153
Empréstimos e financiamentos	8	223	204

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### (a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia concentra suas operações financeiras com o Banco do Brasil S.A. e os Recebíveis de ativos financeiros (nota 4) da Petrobras, o que faz com que este risco seja reduzido.

Não há risco de crédito em relação ao único cliente, Petrobras, que nos dezesseis anos de operação da Companhia sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados.

### (b) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas 7 e 8.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2015 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, com instituições financeiras e acionistas, em dólar norte-americano, no montante de R\$ 987 (R\$ 724 em 2014).

Os adiantamentos recebidos da Petrobras e da Logigás (Nota 7) cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.060 (R\$ 871 em 2014), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

### Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável representa o saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015, e que os cenários possível e remoto representam o efeito decorrente da variação na cotação da taxa cambial, de 25% e 50%, respectivamente:

	<b>CENÁRIOS</b>		
	<b>Provável (saldo)</b>	<b>Possível</b>	<b>Remoto</b>
Empréstimos e financiamentos	987	247	493

Conforme mencionado na Nota 8, as receitas de serviços de transporte são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial congênita a longo prazo.

### (c) Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo

prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>			
Fornecedores e outras obrigações	25	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	120	120	622
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	118	118	607
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	87	87	87
	<b>350</b>	<b>325</b>	<b>1.316</b>
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>			
Fornecedores e outras obrigações	23	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	43	39	339
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	42	38	327
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	59	58	104
	<b>167</b>	<b>135</b>	<b>770</b>

**(d) Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, os empréstimos e financiamentos da Companhia foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito que historicamente têm volatilidade menor que as taxas de mercado. Os saldos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 estão assim distribuídos com relação às taxas de juros:

Total com taxas fixas	821
Total com taxas variáveis	166
	<b>987</b>

**(e) Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os saldos de Recebíveis de ativos financeiros, empréstimos e recebíveis, financiamentos, fornecedores e contas a pagar a empresas do Sistema Petrobras estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

**18 COBERTURA DE SEGURO (NÃO AUDITADO)**

O Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhões de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	US\$ MILHÕES Limite máximo de indenização
<b>RISCOS SEGURADOS</b>		
Danos materiais	11.553	120
Perda de receita bruta	507	507
Responsabilidade civil	250	250

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

## 19 OBRIGAÇÕES ATUARIAIS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Plano de previdência complementar	2	7
Plano de saúde – AMS	<u>27</u>	<u>16</u>
	<u>29</u>	<u>23</u>

### **Previdência complementar**

Todos os empregados da Companhia são participantes do plano Petros 2, estabelecido na modalidade de contribuição definida para os benefícios previdenciários e contribuição variável para os benefícios de risco.

### **Plano de saúde AMS – benefício pós-emprego**

A partir de 2014 os empregados da Companhia migraram para o plano de saúde AMS – Assistência Multidisciplinar de Saúde, mantido pela Petrobras. Os empregados contribuem com uma parcela mensal predefinida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas. O plano de saúde não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

# Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório da Administração 2015 e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da PricewaterhouseCoopers, que declara que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2015, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da empresa propõe a distribuição de dividendos no valor de R\$ 321.414.719,19 (trezentos e vinte e um milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e dezenove reais e dezenove centavos) provenientes da destinação integral do resultado do exercício de 2015, no valor de R\$ 267.457.348,40 (duzentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) mais R\$ 53.957.370,79 (cinquenta e três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e setenta reais e setenta e nove centavos) da reserva de lucros especial. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 133.728.674,20 (cento e trinta e três milhões, setecentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), correspondente à 50% do lucro líquido (art 27, II do Estatuto Social da TBG), que, em 2015 foi de R\$ 267.457.348,40 (duzentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos). Além disso, a Administração da empresa está propondo à Assembleia Geral Ordinária, o dividendo adicional de R\$ 187.686.044,99 (cento e oitenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos) composto pela destinação remanescente do lucro do exercício, no montante de R\$ 133.728.674,20 (cento e trinta e três milhões, setecentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte centavos) mais o saldo da reserva especial de R\$ 53.957.370,79 (cinquenta e três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e setenta reais e setenta e nove centavos).

Com a realização da parte da reserva especial, o saldo das reservas de lucro não ultrapassa o limite estipulado no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2016.

Solange Arantes Dornela

Júlio César Gonçalves Corrêa

Eduardo Poggi da Rocha

# Relatório dos auditores independentes

Ao Administradores e Acionistas  
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBC  
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

## RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

## RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **ÊNFASE**

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 7 às demonstrações contábeis, que descrevem que as operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

## **OUTROS ASSUNTOS**

### **INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2016.

**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

**Christiano Augusto Beleze dos Santos**  
Contador CRC  
1SP219266/O-7 "S" RJ

# Administração

**Renato de Andrade Costa**

*Presidente do Conselho de Administração*

---

**Roberto Murilo Carvalho de Souza**

*Conselheiro*

**Angélica Garcia Cobas Laureano**

*Conselheira*

**José Magela Bernardes**

*Conselheiro*

**Cleyton Domingues de Moura**

*Conselheiro*

**Andrew Ellenbogen**

*Conselheiro*

**Marcelo Augusto Moreira de Almeida**

*Conselheiro*

**Carlos Eduardo Ibañez Rodriguez**

*Conselheiro*

**Jorge Roberto Abrahão Hijjar**

*Diretor Superintendente*

---

**Marcelo Curto Saavedra**

*Diretor de Manutenção e Operação*

**Jorge Roberto Abrahão Hijjar**

*Diretor Comercial*

**Lair Jesus Pereira de Oliveira**

*Diretor Financeiro*

---

**Robson Nunes Ribeiro**

*Gerente de Controladoria*

**Ricardo Souza de Holanda**

*Contador CRC-RJ-040722/O-2*

# Créditos

*COORDENAÇÃO EDITORIAL*

**Gerência de Comunicação Institucional**

*COORDENAÇÃO DE CONTEÚDO*

**Gerência de Desempenho, Estratégia e Negócios**

**Gerência de Controladoria**

*PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO*

**Grupo 1000 Comunicações**

---



*English Version*

**2015**  
**Financial**  
**Statements**

# 2015

***Demonstrações  
Contábeis***

*Versão Português*

